

Procedimento Preparatório n. 06.2022.00002251-0

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, Diego Roberto Barbiero, e o **MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, João Rodrigues, nos autos do Procedimento Preparatório n. 06.2022.00002251-0, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/19, e diante das seguintes premissas fáticas e jurídicas:

1. O presente Procedimento Preparatório foi instaurado após o recebimento de representação apresentada por Nelsiani Confortin Napp que noticiou possível violação à Lei de Acesso à Informação pela Prefeitura Municipal de Chapecó que teria recusado autorizar acesso a documento com base na Lei Geral de Proteção de Dados.
2. A Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à informação) foi promulgada em novembro de 2011 para regular o acesso a informações previsto no inciso XXXIII, do art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e impõe ao Estado o dever de "garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão".
3. A Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) foi promulgada em agosto de 2018 e entrou em vigor em setembro de 2020 e versa, em seu Capítulo IV, sobre o tratamento de dados pelo Poder Público.
4. No Município de Chapecó, por meio de parecer subscrito no Protocolo n. 6.378/2022 (fls. 23-25), foi indeferido o acesso à representante a arquivos de projetos de obras em imóveis privados que seriam de seu interesse pessoal, pois se trata de imóvel vizinho, e também como cidadã fiscalizadora da regularidade das ações do poder público.
5. Apesar dos judiciosos fundamentos expostos pela municipalidade, a Lei Geral de

Proteção de dados não foi promulgada para limitar o acesso à informação, mas sim, para preservar a privacidade dos titulares dos dados pessoais, não podendo servir como subterfúgio para mitigar o poder fiscalizatório dos cidadãos em relação aos atos da administração pública, em suas mais diversas esferas.

6. Em reunião realizada com o Procurador-Geral do Município, chegou-se à conclusão que a Lei Geral de Proteção de Dados não pode minimizar o acesso à informação e, para tanto, deve-se equalizar o direito de acesso à informação e a proteção aos dados pessoais, previstos no art. 5, inciso I, da Lei n. 13.709/2018.

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, que será regido pelas cláusulas abaixo descritas.

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: Este Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo estabelecer a necessidade de regulamentar a proteção ao acesso a dados pessoais que estejam sob guarda da administração, sem prejudicar o acesso à informação, direito constitucionalmente consagrado e positivado por meio da Lei Federal n. 12.527/2011.

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

Cláusula 2ª: O compromissário deverá elaborar, até o dia 1º de dezembro de 2022, ato normativo interno (portaria ou decreto executivo) que regule o exercício, a todos os cidadãos, nos termos do art. 7º da Lei n. 12.527/2011, do direito de acesso à informação, garantindo que nenhum setor da administração municipal se utilizará de fundamentos extraídos isoladamente da Lei Federal n. 13.709/2018 para negar o acesso à informação.

Parágrafo primeiro. Quando houver necessidade de acesso a documentos particulares que estejam sob guarda da administração, exigir-se-á o preenchimento de formulário de ciência, pelo interessado, quanto à impossibilidade de divulgar dados sensíveis a terceiros, sem vinculação com o motivo que o levou a solicitar o acesso ao documento, alertando-se o requerente sobre suas responsabilidades cíveis e criminais.

Parágrafo segundo: Na impossibilidade do interessado ter acesso ao documento, o servidor responsável pela guarda do documento elaborará relatório informativo contendo dados que não são considerados sensíveis e o entregará ao interessado,

mediante assinatura de termo de responsabilidade, nos termos do art. 31 da Lei n. 13.709/2018.

Parágrafo terceiro: Qualquer setor da administração municipal poderá fornecer ao interessado, observado um prazo razoável para a realização da atividade, cópia digital de documentos considerados sensíveis, suprimindo, para tanto, dados pessoais diretos (nome do titular, CPF) ou indiretos (endereço/localização geográfica) antes do compartilhamento do dado, garantindo-se, assim, pelo tratamento empregado, a proteção aos dados pessoais.

3 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 3ª: No caso de descumprimento de cada obrigação assumida, estará o COMPROMISSÁRIO sujeito à multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cujo valor será recolhido mediante pagamento de boleto bancário e será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) do Estado de Santa Catarina, previsto no art. 13 da Lei n. 7.347/85 e na Lei Estadual n. 15.694/11, e regulamentado pelo Decreto n. 808/12, do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: O descumprimento das obrigações resultará, se for o caso, no desarquivamento do Inquérito Civil e no ajuizamento da ação que se mostrar pertinente, além da possibilidade de execução do título extrajudicial.

4 DA FISCALIZAÇÃO:

Cláusula 4ª: A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de ajustamento de conduta será realizada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em Procedimento Administrativo próprio.

5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Cláusula 5ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 6ª: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 7ª: O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente TERMO contra o

COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

Cláusula 8ª: O presente compromisso entrará em presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Cláusula 9ª: As partes elegem o foro da Comarca de Chapecó/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Compromisso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 31 de agosto de 2022.

DIEGO ROBERTO BARBIERO
Promotor de Justiça

JOÃO RODRIGUES
Compromissário

Testemunhas:

JULIANDERSON PANEGALLI
Assistente de Promotoria de Justiça

JAURO SABINO VON GEHLEN
Procurador-Geral do Município de
Chapecó